

REPORTAGEM ESPECIAL

CPI acusa Gratz de 8 crimes

Relatório diz que suposto crime organizado capixaba estaria usando promoção de bingos para "lavar" dinheiro

RODRIGO COUTO
ALINE NUNES
CAROLINE POLESE

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara Federal revela que o suposto crime organizado do Espírito Santo estaria usando a promoção de bingos como lavagem de dinheiro.

De acordo com o relatório, um dos principais beneficiados com o esquema de lavagem de dinheiro seria o presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, deputado José Carlos Gratz (PFL), que foi acusado de oito crimes.

O relator da CPI, deputado federal Moroni Torgan (PFL-CE), afirma que Gratz, que nega envolvimento com os delitos, está envolvido em contravenção, corrupção, contrabando, fraudes eleitorais, tráfico de influência, assassinatos (crimes de mando), sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Segundo o relatório, há uma "farta documentação" que provaria o envolvimento do parlamentar capixaba em crimes. Moroni Torgan descreve os vários artigos do Código Penal Brasileiro, nos quais Gratz está sendo processado.

O alvo principal do relatório foi Gratz, que tem o seu nome citado em quase todos os pontos abordados pelo deputado fe-

deral Moroni Torgan.

Na página 406, o relatório começa a abordar o "envolvimento de altas autoridades dos poderes constituídos no crime organizado do Espírito Santo".

Na página 411, o relatório afirma que a comissão observou um esquema de ocultamento dos verdadeiros responsáveis por negócios ilícitos, como forma de impedir a repressão dos crimes, como de empresas de bingo.

"Assim, José Carlos Gratz e a sua turma promoviam constantes alterações estatutárias nos empreendimentos comerciais de exploração da contravenção", diz o relatório.

A comissão apurou também que Fernando Jakes Teubner, presidente da Federação Capixaba de Motonáutica, "possui intensa atuação no esquema de lavagem de dinheiro oriundo do crime organizado, através da realização de bingos, e é um dos testas-de-ferro do deputado José Carlos Gratz".

Sobre o diretor da Assembleia Legislativa, André Nogueira, consta "que, ganhando cerca de R\$ 3 mil, já comprou um automóvel Golf GTI por R\$ 40 mil à vista, um Jeep Pajero por R\$ 80 mil, além de um sítio, em Domingos Martins, por R\$ 150 mil".

Segundo o relatório, Nogueira devia por mês cerca de R\$ 40 mil da Assembleia, tendo hoje um patrimônio de cerca de R\$ 1,5 milhão.

Presidente rebate acusações

Mais uma vez o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Carlos Gratz (PFL), reagiu com às acusações feitas contra ele pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Federal, desconsiderando qualquer possibilidade das denúncias serem comprovadas.

"Esse relatório vai todo para a lata de lixo. Eles não têm provas, nem nunca vão ter. Eu tenho certidões negativas concedidas pela Justiça até deste mês. A não ser que já tenham providenciado algum crime para mim, em janeiro", disse Gratz.

Alegando que a perseguição contra ele já é antiga, Gratz recordou-se de que, em 1995, um integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos - que havia sido expulso da Argentina sob acusação de matar dois policiais - o acusou de envolvimento com o crime organizado.

Na época, Gratz colocou em dúvida a idoneidade do argentino, em vista do envolvimento com o assassinato de dois policiais, em Buenos Aires. Na época, Gratz sugeriu que fosse aberta uma CPI para apurar o envolvimento de políticos, policiais e integrantes do Poder Judiciário

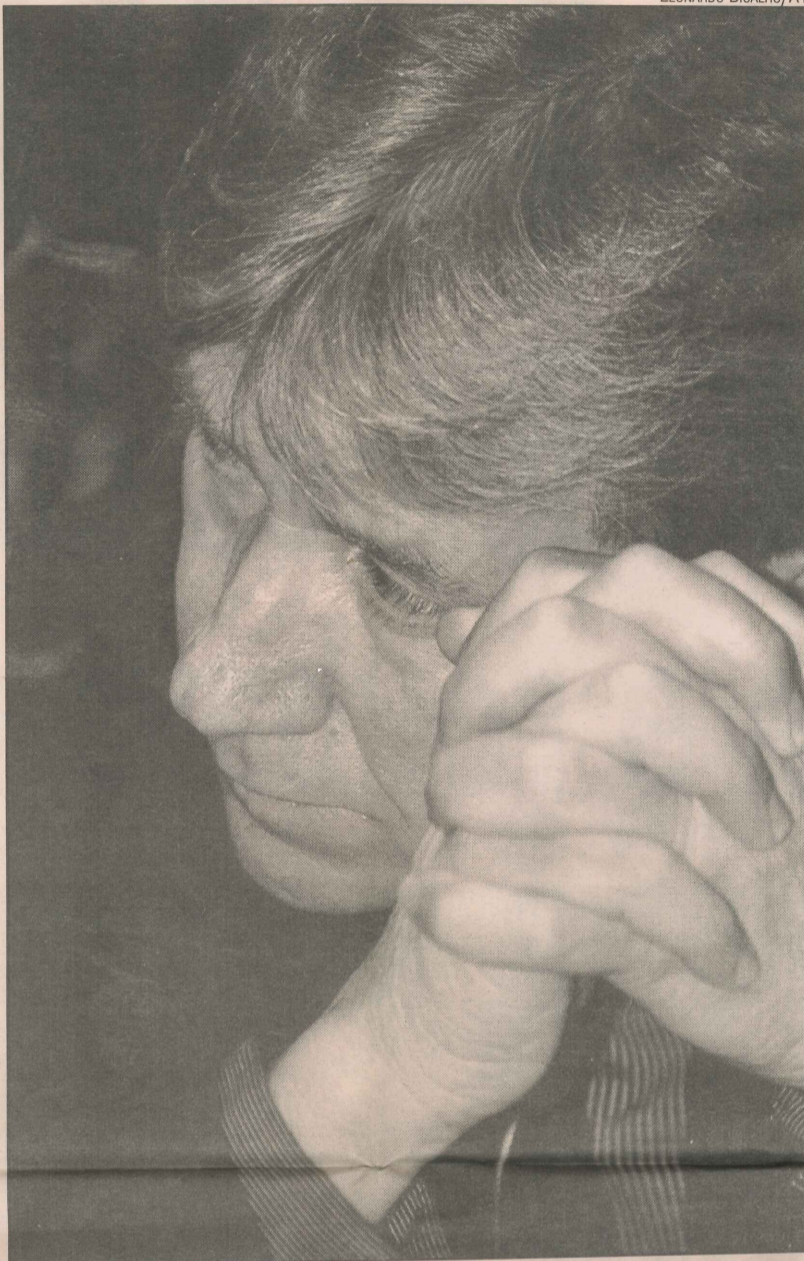
com o crime organizado capixaba.

Um ano antes, o deputado havia sido acusado de pertencer aos quadros da instituição paramilitar "Scuderie Detetive Le Cocq", denúncia que foi retomada pela CPI.

Gratz, para se defender, apresentou uma declaração de "nada consta" feita pelo presidente da entidade na ocasião, Mário Rodrigues, esclarecendo que não fazia parte da instituição.

Quando ao pedido de cassação que a CPI da Câmara declarou que encaminharia à Assembleia Legislativa, Gratz só fez rir e desafiou: "Se é assim, eu também vou pedir a cassação deles pela Câmara de Ibiraçu, que é minha terra. Quem são eles para pedir qualquer coisa contra mim? Meu nome está limpo".

"Eles falam em lavagem de dinheiro. Então, quero saber onde está o dinheiro, quanto acharam nas minhas contas. E sonegação fiscal? De quais empresas, como aconteceu? Os deputados tiveram acesso às minhas contas bancárias e à minha vida fiscal dos últimos cinco anos e não acharam nenhuma irregularidade, assegurou Gratz.



José Carlos Gratz negou que esteja envolvido em crimes

ENTENDA O PROCESSO

- ☛ O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara Federal foi encaminhado, no final da manhã de ontem, ao presidente da Casa, deputado federal Michel Temer (PMDB), relacionando 826 pessoas acusadas de envolvimento com o crime organizado, corrupção, homicídio, narcotráfico, lavagem de dinheiro, entre outros crimes.
- ☛ Na próxima semana, o documento será enviado às Assembleias Legislativas do País, solicitando a cassação dos mandatos dos deputados estaduais indiciados pela CPI.
- ☛ No Espírito Santo, o presidente da Assembleia, José Carlos Gratz (PFL), e o deputado Gilson Lopes (PFL) foram denunciados por participação em crime organizado. Caberá ao plenário decidir se concede licença da imunidade parlamentar pela qual estão protegidos para que sejam processados.
- ☛ Outra cópia do relatório será encaminhada aos representantes do Ministério Público Federal e Estadual - conforme as especificações dos crimes pelos quais os 62 acusados capixabas foram indiciados.
- ☛ Segundo o procurador-chefe da República no Estado, Ronaldo Meira de Vasconcelos Albo, o Ministério Público poderá tomar três providências em relação aos indiciados, após análise das denúncias: ingressar com ação penal ou de improbidade administrativa; requisitar instauração de inquérito; arquivar o indiciamento.
- ☛ A Procuradoria da República no Estado vai se manifestar sobre quais providências tomar em relação aos indiciados até o final do próximo mês.

ERRAMOS - Um dos nomes citados na tabela - onde aparecem os nomes de pessoas indiciadas pela CPI do Narcotráfico - da página 2 da edição de ontem de **A Tribuna** é de um dos sócios do Bingão Real, Francisco Marce-

lo de Souza Queiroga, e não Francisco Marcelo de Souza Queiroz, conforme saiu publicado equivocadamente.

Marcelo de Souza Queiroz é promotor de Justiça da Vara da Infância e da Juventude de Vitória.

Corregedoria vai investigar delegados

A Corregedoria de Polícia Civil vai investigar o envolvimento de delegados e policiais com o narcotráfico e com o crime organizado no Estado. Caso seja necessário, eles serão afastados do trabalho no período em que o levantamento das informações for realizado.

Pelo relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, da Câmara Federal, pelo menos 10 policiais civis foram indiciados.

Do total, seis são delegados, três são investigadores e um é escrivão. A chefia de Polícia Civil está aguardando uma cópia oficial do relatório para tomar conhecimento das acusações contra os policiais.

Segundo a chefe de Polícia Civil, delegada Selma Couto, antes mesmo de analisar o relatório da CPI, ela irá determinar à Corregedoria de Polícia Civil que dê início aos procedimentos internos.

Selma afirmou, contudo, que todos os acusados serão ouvidos e terão direito de apresentar suas defesas.

O secretário de Segurança Pública para analisar a situação de cada policial. Na decisão, iremos decidir se eles continuam ou não atuando onde estão lotados, dependendo do grau de envolvimento deles com o crime organizado", assinalou Selma.

De acordo com a delegada, o afastamento é uma alternativa de reduzir o desgaste da corporação perante a sociedade e facilitar as investigações, ao mesmo tempo em que afirma que a Polícia Civil tem total interesse de esclarecer as denúncias contra os policiais.

SINDICATO

O presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado, Dirceo Antônio Leme de Melo, afirmou que ficou surpreso com o indiciamento de seis delegados, já que durante o trabalho da CPI nenhum deles foi convocado para prestar depoimento.

"Isto demonstra que a CPI não tem provas suficientes contra eles. A CPI feriu o princípio básico da Constituição Federal, que é o da ampla defesa. O sindicato é a favor da apuração de qualquer irregularidade, mas não de um trabalho mal acabado", salientou Dirceo, lembrando que a assessoria jurídica do sindicato está tomando as medidas cabíveis em relação ao fato.

Advogados também são denunciados

CPI diz que eles estariam a serviço do crime organizado capixaba. Relatório está sendo entregue à OAB

Os quatro advogados do Espírito Santo indicados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara Federal, em seu relatório final, fariam parte de um grupo de profissionais a serviço do crime organizado no Estado.

Esta foi a conclusão da CPI do Narcotráfico, que dedicou um capítulo específico para tratar do "papel desempenhado por alguns advogados em prol do crime organizado e do narcotráfico do Espírito Santo".

"No rol dos profissionais da advocacia a serviço do crime organizado do Estado, cuja atuação visa criar e forjar a atuação dos criminosos da mais estrita legalidade, fazendo com que sejam (sempre com o auxílio da polícia, do Ministério Público e do Judiciário) desfacam-se, principalmente Dório Antunes e Solange Rezen-

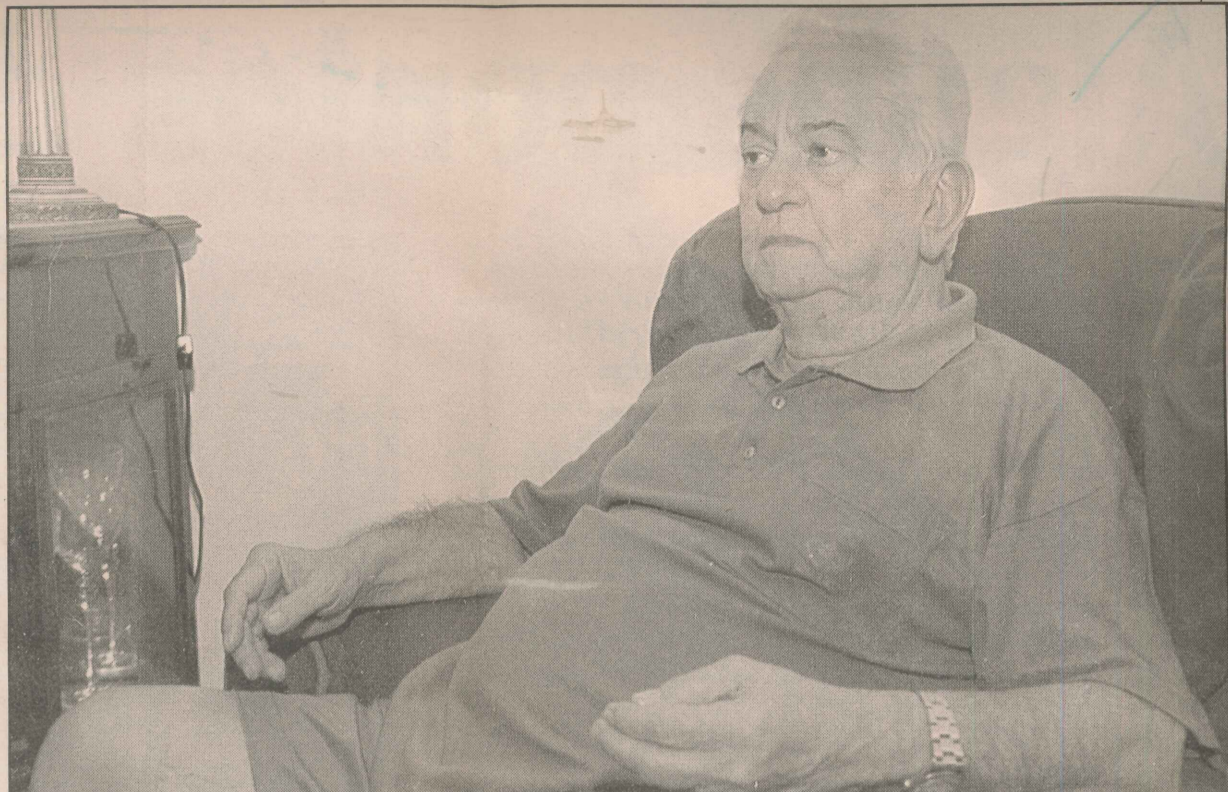
de", afirma o relatório, que não pediu o indiciamento de Solange Rezende.

O relatório chama atenção para o fato de atualmente Dório Antunes patrocinar a defesa de Paulo Jorge, um dos acusados de assassinar João Luís da Silva, proprietário do Thiago's Bar, na Praia do Suá, morto a tiros no dia 3 de julho de 1999.

"Dório Antunes patrocina a defesa de Paulo Jorge, um dos assassinos de João Luís e cuja autoria intelectual se atribui a José Carlos Gratz", afirma o relatório sobre a atuação dos advogados.

Além de Dório Antunes, a CPI indiciou os advogados Vicente de Paula do Espírito Santo, Marcelo Denadaí e José Carlos Rocha.

Segundo o deputado Fernando Ferro (PT-PE), coordenador das investigações no Estado, o relatório final será enviado tam-



Desembargador aposentado Geraldo Correia Lima vai processar a União e os membros da CPI

bém para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), seção Espírito Santo, para que as providências sejam tomadas.

REPOSTA

Os advogados indiciados pela CPI contestam as denúncias do relatório final. Os profissionais acreditam que a CPI tem o objetivo de inibir o exercício da advocacia.

Indiciado por crime organizado, Dório Antunes afirmou que, em nenhum momento, beneficiou criminosos e agiu em favor do narcotráfico no Estado.

"Liberei a quebra do meu sigilo bancário, telefônico e fiscal para provar que não fiz nada de errado. O problema é que eles não querem provas materiais", salientou Dório.

Desabafo do desembargador

"Vou processar essa gente toda porque tenho certeza que, atrás disso tudo, está a politicagem. Aqueles que são meus inimigos articularam isso contra mim. Como podem falar de uma pessoa que dedicou mais de 50 anos ao serviço público?"

Eles não têm provas. Fizeram essa menção contra mim de forma mentirosa. Dizem que concedi habeas-corpus para o Antônio Carlos Martins, o Toninho Mamão (traficante), mas é mentira: meu voto foi contrário à liberação dele.

Também não estava no Tribunal de Justiça quando um outro traficante foi solto; outro juiz estava me substituindo.

Eu ainda não li o relatório, es-

tou esperando para ver quais providências vou tomar, mas o caminho possivelmente será um processo contra a União por danos morais e ações criminais contra todos os que tiverem mentido para me envolver nas denúncias.

Sou um homem de honra. Minha família e meus amigos sabem de meu dever para com a Justiça. E agora eles (deputados) vêm me acusando. Já estou tomando todas as providências que o caso requer".

Desembargador aposentado Geraldo Correia Lima, que teve seu nome entre as pessoas indiciadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico da Câmara Federal.

A LISTA DOS INDICIADOS

A Tribuna está publicando novamente, hoje, a lista das pessoas residentes no Espírito Santo indiciadas pela CPI do Narcotráfico. Da lista original publicada ontem, saem alguns nomes, como o do ex-delegado Cláudio Antônio Guerra e do condenado por tráfico Antônio Carlos Martins, o Toninho do Mamão.

Segundo o deputado federal Nilton Baidano (PPB-ES), um dos integrantes da CPI, Guerra e Toninho já foram condenados pela Justiça e, por isso, não há motivo para que sejam indiciados. A CPI também indiciou o traficante Paolo Pasqualetti, que já foi deportado pelo governo brasileiro para a Itália.

Por crime organizado e narcotráfico

Geraldo Henrique Ferraz
Ronald Von Coolwyk
Marcelo Martins
Luiz Gonzaga Batista
Ricardo Rivalora Deniz
Creuza Buss Mellotto
Ismael Ferreira Nunes, o Nego
Givaldo Rômulo da Silva, o Bordô
Celso Luiz Sampaio
Sargento Haroldo Lira
Jedaia Marques da Costa
Milton José da Silva
Osmar Barbosa Braga
Romero Ribeiro de Almeida
José Ubaldino da Penha Manoel
José Ubaldino da Penha Manoel
Ozéas Ribeiro Correia
Ezilton Casti Santos
Rosângela da Silva Gomes
Valdeir Martinelli
Paolo Pasqualetti
Adalberto Martinelli (e homicídio, improbidade administrativa e sonegação fiscal)

José Carlos da Rocha (e lavagem de dinheiro)
Ex-tenente PM Paulo Jorge dos Santos Ferreira
Ex-PM Júlio da Silva Neto
Policial civil Carlos Roberto Aquino, o Magal
Escrivão Romualdo Eustáquio da Luz Faria

Por narcotráfico, crime organizado e homicídio

Cláudio Fernandes

Por crime organizado, corrupção e homicídio

Alberto Ceolin
Coronel Walter Gomes Ferreira da Silva
Coronel Edson José da Silva
José Alayr Andreatta
André Luiz Cruz Nogueira (e sonegação, lavagem de dinheiro, crime eleitoral e agiotagem)
Deputado Estadual Gilson Lopes Santos Filho
Delegado Aristides Ferreira Lima Filho (e corrupção)
Delegado Ismael Foratini Peixoto de Lima (e contratação de inquéritos policiais)
Delegado Júlio César de Oliveira Silva (e falsidade ideológica)
João Mariano Godoy (e ocultação de cadáver)
Walter Emilino Barcelos (e tentativa de homicídio)
Delegado Wesman Bermond Pereira

Por crime organizado

Cleber Campanha (fraude fiscal e intimidação de testemunha)
José Carlos Gratz (deputado estadual, presidente da Assembléia Legislativa. Indicia-

do também por sonegação fiscal)
José Carlos Martins Filho
Dório Antunes de Souza
Desembargador Geraldo Correia Lima
José Mansur Silva Malhame
Vicente de Paulo do Espírito Santo
Joaquim Marcelo Denadaí
João Geraldo Campanha (e corrupção)
Rogério Santório (e improbidade administrativa)

Por tráfico internacional de drogas

Luiz Fernando da Costa

Por lavagem de dinheiro

Francisco Marcelo de Souza Queiroga (e crime organizado)
João Amado Santos Godói (e crime organizado)
Fernando Jakes Teubner, presidente da Federação Capixaba de Motonáutica
Faustino dos Santos

Por contratação de inquéritos policiais, prevaricação e formação de quadrilha

Delegada Cecília Camata
Adelmo Ferreira Fernandes, policial civil (e crime organizado, narcotráfico e homicídio)
Juarez José Xavier, policial civil (e narcotráfico, crime organizado e homicídio)
Delegado José Geraldo Gomes

Por sonegação fiscal

Franklin Plácido Camozana

Fonte: Relatório final da CPI do Narcotráfico da Câmara Federal

ELES SE DEFENDEM

"Vou processar a Justiça pelas acusações infundadas feitas pela CPI do Narcotráfico. Eles estão me acusando de homicídio, mas não sabem que este processo já foi transitado e julgado e eu fui absolvido. No ano passado, quando a CPI esteve no Estado, eu fiquei sabendo das acusações contra mim e me coloquei à disposição para prestar esclarecimentos.

Eles não me ouviram. O que mais me revolta é que depois eu me reuni com os deputados Fernando Ferro e Magno Malta e eles me confirmaram que não havia nenhuma prova contra mim. Eles mentiram e me indiciaram.

O problema é que eu tenho todas as certidões negativas da Justiça, que prova que sou inocente e, por isso, estou tranquilo. Só fico triste porque minha família, amigos e eleitores foram afetados".

Deputado estadual Gilson Lopes

"Fiquei chocada quando vi meu nome nos jornais. Para falar a verdade, não entendi nada. Foi uma surpresa para mim, para minha família, amigos e colegas de trabalho. Em nenhum momento eu fui chamada para prestar depoimento na CPI do Narcotráfico e, mesmo se fosse, não teria nada a acrescentar.

Sempre atuei com idoneidade e nunca me envolvi com nenhum esquema corrupto e muito menos em contratação de inquéritos policiais, prevaricação e formação de quadrilha.

Para se ter uma idéia, eu nem sabia os motivos pelos quais estou sendo indiciada. Mas, por enquanto, irei esperar para tomar conhecimento das informações contidas no relatório para me defender com argumentos mais objetivos. A única certeza é que não tenho nada a temer".

Delegada Cecília Camata

"Recebi a inclusão do meu nome no relatório da CPI do Narcotráfico com grande preocupação, já que o fato representa uma grave violação às prerrogativas dos advogados. Em nenhum momento, eu tive a oportunidade de me defender.

Várias vezes solicitei que me ouvissem, mas eles negaram o meu pedido. Não entendo os motivos do meu indiciamento, já que exercer a advocacia em defesa de pessoas acusadas não é crime.

Através de um mandado de segurança, consegui ter acesso ao relatório da CPI e verifiquei que meu nome foi citado pelo Gratz e pelo delegado Francisco Badenes.

Todas as acusações, no entanto, são mentirosas e infundadas. Por isso, vou processar todos os membros da CPI por calúnia, difamação e denúncia caluniosa, além de processar quem difamou minha pessoa".

Advogado Dório Antunes

"Tomei um susto quando vi que meu nome estava incluído na lista de indiciados da CPI do Narcotráfico. Em nenhuma visita que eles fizeram ao Estado eu fui chamado para prestar esclarecimentos e acho isso uma irresponsabilidade.

Não sei qual a base que eles tiveram para me indiciar por lavagem de dinheiro. Não tenho nem recursos suficientes para fazer este tipo de negócio.

Por isso, quero ler o relatório e ver quais são as acusações contra a minha pessoa. Eu realmente não sei o que foi que eu fiz. Sei que eles estão dizendo que eu tenho ligações criminosas com o deputado José Carlos Gratz.

Meu relacionamento com ele é de amizade e já fui sócio dele no Aruba Café. Depois de ter conhecimento sobre as acusações, irei entrar com uma ação contra a União".

Empresário Francisco Marcelo Queiroga

Alguns pontos do relatório

AGÊNCIA FOLHA

O relatório final das investigações realizadas no Espírito Santo, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara Federal, apresenta como age o suposto crime organizado, que estaria instalado no Estado.

O relator Moroni Torgan (PFL-CE) relata como o narcotráfico e o crime organizado atuam no Estado.

A reportagem de A Tribuna publica trechos do relatório final aprovado pelos membros da CPI, que aborda a questão do narcotráfico no Estado, bem como a ação de uma organização criminosa nas prefeituras, que os deputados chamam de "máfias".

O relatório final da CPI foi entregue ontem ao presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer (PMDB-SP).



Deputado entregam o relatório final da CPI ao presidente da Câmara Federal, Michel Temer (PMDB)

NARCOTRÁFICO

"A apreensão de 660 quilos de cocaína pura em março de 1995 pela Polícia Federal, no Porto de Capuaba, em Vitória, é um dos pontos destacados. A droga tinha sido embalada em São Mateus e era proveniente de Cali, na Colômbia, devendo ser exportada para a Europa.

Foram presos vários integrantes da quadrilha, como Antônio Carlos Martins, Marcelo Martins e o holandês Ronald Van Coolwijk, que mantinha vinculações com as máfias holandesas e italiana.

Esse fato e outras apreensões de drogas colocam o Espírito Santo na rota internacional do narcotráfico, por sua posição geográfica privilegiada, com seis portos abertos ao exterior.

O advogado José Almério Petronetto (já morto), ex-presidente da Scuderie Le Cocq, assumiu a defesa do traficante internacional Coolwijk, que foi condenado a mais de 15 anos de prisão. Os demais acusados foram todos condenados.

A operação da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes (Deten) apreendeu 547 quilos de maconha proveniente do Paraguai."

CONEXÃO SUDESTE

"Pelos depoimentos, constatou-se também a existência de um forte esquema de narcotráfico na região de São Mateus, pela rota Rondônia e com a participação do traficante conhecido como Solimar, tendo como cobertura dois irmãos policiais militares.

Verificou-se ainda que Alberto Ceolin e o coronel Walter Ferreira da Silva são os responsáveis pela cobertura dos narcotraficantes que atuam no Espírito Santo, circulando livremente pelo Estado sem serem incomodados pelas autoridades.

A comissão pôde apurar que,

além do transporte de caminhões, utilizados para trazer grande quantidade de drogas, os narcotraficantes estão se modernizando.

As cargas são transportadas de avião e jogadas no mar, em tambores que bóiam na água. Verificou-se o uso de pistas de pouso para pequenos aviões."

BINGO

"Na verdade, já se havia verificado no Estado a intensa ligação de donos de bingos e contraventores com o Cartel de Cali, aqui aparecem as pessoas de Francisco Marcelo de Souza Queiroga, João Amado Santos Godoi e José Carlos da Rocha, todos sócios de José Carlos Gratz.

É possível afirmar ainda que a onda de violência que assola o Espírito Santo, notadamente a grande quantidade de homicídios, nada mais representa do que a ponta final do narcotráfico, expondo as suas mazelas, o seu alto teor de violência inerente ao seu funcionamento e à sua manutenção, como forma de intimidação da concorrência."

SCUDERIE LE COCQ

"Incorpora em seus quadros de associados, centenas de policiais (civis, militares e federais), serventuários da Justiça, delegados, advogados (normalmente ocupam a presidência), funcionários da administração pública, promotores de Justiça e até juízes, desembargadores, políticos, empresários, comerciantes e banqueiros de jogo do bicho.

A Scuderie patrocina, organiza e protege grupos paramilitares que, em princípio, destinam-se ao assassinato de supostos delinquentes, mas que, ao fim, é uma poderosa capa de impunidade."

MÁFIA SERRANA

"É uma quadrilha criminosa integrada pelo vice-prefeito e posteriormente ex-prefeito do Município da Serra Adalto Martinelli e das pessoas de Antônio Roldi (morto), Alberto Ceolin, Cabo Camata (morto)..."

Seus objetivos criminosos se direcionam para a prática dos mais variados ilícitos: assassinatos, extorsão, fraudes, desvio de dinheiro público, tráfico de drogas, etc.

Essa organização criminosa, ainda atuante no Estado, compreende a ação de grupos (armados) civis e militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático de direito.

Implantou-se no Estado um esquema de dominação política por meio da corrupção e propagação do terror institucionalizado, através de uma seqüência ininterrupta de assassinatos e chacinas, cometidas sob forma de execuções sumárias."

MÁFIA DE CARIACICA

"Há um ex-prefeito de Cariacica, recentemente falecido, Dejour Camata, o Cabo Camata, que ocupava noticiário nacional, em função das denúncias que indicavam sua posição de comandante de grupos de extermínio e sua cumplicidade com o crime organizado.

Figura polêmica, Cabo Camata tinha como seus advogados Dório Antunes de Souza e Vicente de Paulo do Espírito Santo.

Da Prefeitura de Cariacica, Cabo Camata comandava um forte exército de ex-policiais, mantendo em atividade o seu grupo de extermínio, promo-

vendo os homicídios que lhe convinham, praticando extorsões e variadas fraudes.

Foi preso numa blitz em 1998 com um arsenal de armas proibidas e contrabandeadas, de uso exclusivo das Forças Armadas.

O crime era inafiançável, mas os parceiros de Cabo Camata não se resignaram com a sua prisão. Às 3 horas da madrugada, ele conseguiu habeas-corpus.

Num papel sem timbre, com erros de datilografa, foi assinado o habeas-corpus.

Após a morte de Cabo Camata, o Ministério Público Estadual provou que ele era um dos maiores gatunos do Espírito Santo, com a descoberta de fazendas adquiridas com o dinheiro roubado da Prefeitura de Cariacica.

Descobriu-se também o esquema rachid, com o envolvimento de 11 vereadores, liderados pelo então presidente da Câmara, Rogério Santório.

É fácil compreender agora porque alguns políticos investiram furiosamente contra o delegado Badenes, por causa da prisão do ex-prefeito Dejour Camata."

PODER LEGISLATIVO

"Nome ventilado em quase todas as ações investigatórias, o senhor José Carlos Gratz, deputado estadual e atual presidente da Assembléia Legislativa, ocupa posição de destaque na estrutura do crime organizado no Estado.

Não obstante sua negativa de qualquer envolvimento em delitos, por ocasião de sua oitiva pela CPI, é clara a intrínseca ligação de Gratz com os mais diversos ilícitos de contravenção, corrupção, contrabando,

fraudes eleitorais, tráfico de influência, assassinatos (crimes de mando).

Principalmente em face das atividades desenvolvidas por seus sócios, da farta documentação e dos vários depoimentos colhidos por membros do Ministério Público Estadual e Federal e pela própria CPI de Narcotráfico.

Desde logo, afirme-se que a folha de antecedentes criminais de Gratz registradas até abril de 1998, há incidência de vários delitos.

A outros crimes, impede destacar a prática do delito de corrupção ativa, levada a termo por José Carlos Gratz, quando de uma apreensão de máquinas de vídeo-bingo, no bingo de um dos sócios na contravenção e no crime organizado, Flanklin Plácido Campozana".

PODER JUDICIÁRIO

"A estrutura extremamente profissional do crime organizado no Estado em suas mais variadas vertentes e formas de atuação, não teria sustentáculo legal para continuar existindo e se revigorando se não contasse em postos estratégicos, com a influência e a convivência de membros do Poder Judiciário do Espírito Santo.

Alguns magistrados são ou já foram filiados à criminosa associação Scuderie Detetive Le Cocq. Muitos juízes são rotineiramente homenageados como membros honorários da referida associação, "com retribuição aos relevantes serviços prestados à magistratura do Estado".

Fonte: Relatório final da CPI do Narcotráfico da Câmara Federal.